



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640199 - SP (2021/0013732-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : FERNANDO COIMBRA MAESTRELLO
ADVOGADO : FERNANDO COIMBRA MAESTRELLO - SP367656
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCIO CLAYTON GONZAGA (PRESO)
CORRÉU : EMERSON EUGENIO GALVAO PINTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO CLAYTON GONZAGA em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2302852-89.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante por suposta prática do delito previsto no art. 157, § 3º, inciso II, c/c. art. 14, inciso II, do Código Penal, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar, ante a carência de fundamentação idônea do *decisum* e a desnecessidade da medida extrema, destacando que o paciente ostenta atributos pessoais favoráveis.

Defende o não envolvimento do paciente na prática do crime imputado.

Salienta que o paciente sofre de hipertensão, integrando o grupo de risco para contágio pelo novo coronavírus, razão pela qual faria jus à prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, superado o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, a revogação da prisão preventiva do paciente, com a aplicação, caso se entenda necessário, das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pleiteia a concessão da prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. SÚMULA N. 691 DO STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 306, 310 E 316 DO CPP. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não cabe habeas corpus contra indeferimento de

pedido de liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade. Incidência da Súmula n. 691 do STF.

2. O não enfrentamento de matéria pelas instâncias originárias impede sua análise pelo STJ, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 628.402/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a Corte estadual entendeu ser imprescindível um exame pormenorizado do feito, concluindo ser prudente a sua análise pelo colegiado, juízo natural da causa, no oportuno julgamento do mérito do remédio constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência